

Diário da Assembléia

Nº 3.018

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielse Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — Às quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — Às terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Léllo Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

RESOLUÇÕES:

RESOLUÇÃO N.º 01-74

DATA: 22 de março de 1974.
SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, o Município de Capanema e a Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz, da cidade de Capanema, objetivando construção de prédio destinado a instalação de um Estabelecimento de Ensino de 1.º e 2.º Grau.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo de Convênio, celebrado em 02 de maio de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, o Município de Capanema e a Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz, de Capanema, objetivando a construção naquela cidade, de um prédio destinado à instalação de um Estabelecimento de Ensino de 1.º e 2.º Grau, nos moldes da legislação Federal específica.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22-03-74.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 02-74

DATA: 22 de março de 1974.
SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Universidade Federal do Paraná, objetivando formulação de um Plano de Obras Adequado à Tipologia Urbana do Estado e Análise de Programação das Despesas Públicas do Estado do Paraná a Nível Municipal.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 8 de agosto de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná e a Universidade Federal do Paraná para a formulação de um Plano de Obras adequada à Tipologia Urbana do Estado do Paraná e Análise da Programação das Despesas Públicas a nível municipal no Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22-03-74.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 09-74

DATA: 05 de abril de 1974.
SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Instituto Nacional do Livro, órgão do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a execução do Programa do Livro Didático Ensino Fundamental 73-74.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, o Instituto Nacional do Livro, Órgão do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05-04-74.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 10-74

DATA: 05 de abril de 1974.
SÚMULA: Aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Itaipu, Japurá, São João do Caiuá, Mariluz e Sengés, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Itaipu do Sul, Japurá, São João do Caiuá, Mariluz e Sengés, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05-04-74.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 41.ª Sessão Ordinária

Realizada em 18 de Abril de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Santos Lima.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Polí — Quielise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aginaldo Pereira Lima — Arizone Araújo — Lázaro Dumont — Paulo Camargo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

MENSAGENS:

MENSAGEM

13-74

Curitiba, 26 de março de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e o Estado do Paraná, objetivando a construção de um complexo penitenciário agro-pecuário-industrial na região norte do Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMÍLIO GOMES
Governador do Estado

Convênio que entre si fazem o Ministério da Justiça e o Estado do Paraná para a construção de uma penitenciária e seu empréstimo em comodato, na forma e nas condições que especifica.

O Ministério da Justiça, neste ato representado pelo Secretário-Geral Raul Armando Mendes e o Estado do Paraná representado pelo Secretário do Interior e Justiça, Doutor Octavio Cesar Pereira Junior, devidamente autoriza, do pelo Exmo. Sr. Dr. Emílio Gomes, Governador do Estado.

Considerando que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através de destaque orçamentário, aprovando exposição de motivos dos Senhores Ministros da Justiça e do Planejamento e Coordenação Geral, destinou recursos referidos neste artigo não sejam suficientes.

Considerando que o Estado do Paraná de acordo com pesquisas realizadas pelo Ministério da Justiça e exposição de seu Governo, demonstrando suas necessidades no setor penitenciário e a insuficiência de recursos para atendê-las,

Resolvem firmar o seguinte convênio:

Art. 1.º — O Estado do Paraná indicará ao Ministério da Justiça a área em que deverá ser construído o estabelecimento penitenciário objeto deste convênio.

Parágrafo único. A área a que se refere este artigo, própria para lavoura e pecuária, deverá possuir 200 ha, no mínimo, e localizar-se nas proximidades de centro urbano que conte com, pelo menos, luz elétrica, água potável, hospital, destacamento policial-militar e via de fácil acesso.

Art. 2.º — Identificada e aprovada pelo Ministério da Justiça a área de que trata o artigo anterior, esse Ministério promoverá licitação para a construção do estabelecimento penitenciário, consoante projeto e especificações que integram este convênio, arcando com as despesas da obra orçada em Cr\$... 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros).

§ 1.º — O Estado do Paraná poderá participar da construção caso os recursos referidos neste artigo não sejam suficientes.

§ 2.º — A execução da obra ficará sob a direção e fiscalização do Ministério da Justiça e da Secretaria de Estado respectiva.

Art. 3.º — Concluída e recebida, a obra será entregue em comodato, por prazo indeterminado, ao Estado, que se obriga a mantê-la e conservá-la.

Parágrafo único. O recebimento da obra será feito por comissão de pelo menos três membros, sendo dois do Ministério da Justiça e um do Estado.

Art. 4.º — O Estado do Paraná compromete-se a equipar e usar o estabelecimento de acordo com as especificações que acompanham o projeto, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data da aceitação do comodato.

Parágrafo único. O Ministério da Justiça exercerá permanente fiscalização relativamente à conservação, manutenção e destinação do estabelecimento, através do Conselho Penitenciário Federal.

Art. 5.º — O Estado do Paraná obriga-se a incluir anualmente no seu orçamento do tações edstinadas a atender as despesas de conservação, manutenção e destinação do estabelecimento, objeto deste convênio.

Art. 6.º — O Estado do Paraná obriga-se ainda a fazer participar dos cursos de treinamento de pessoal penitenciário do Ministério da Justiça os servidores do seu sistema penitenciário que satisfaçam as condições estabelecidas na programação desse Ministério.

Art. 7.º — Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação, depois de assinado pelas partes.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM — 20-74

Curitiba, 15 de abril de 1974.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei, que objetiva alterar, a partir de 1.º de março do corrente ano, a redação do artigo 3.º da Lei n.º 6.156, de 2 de outubro de 1970, que dispõe sobre a quota de produtividade.

A matéria contida no anteprojeto de lei agora submetido a essa Augusta Casa de Leis, embora já tenha sido proposta em o art. 9.º do anteprojeto de lei encaminhado a esse Poder Legislativo através da Mensagem n.º 14-74, teve, pela sua característica e natureza, mais aprofundados estudos em os quais se chegou à conclusão de que algumas pequenas alterações se faziam necessárias, a fim de que o equacionamento da medida fosse o mais perfeito possível.

Assim é que a nova proposição, guardando as bases e condições inicialmente propostas, amplia o campo de ação do benefício, estendendo-o à Magistratura, Ministério Público e aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, bem como aos Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

Esta Mensagem adita a de n.º 14-74, de 26 de março próximo passado, a fim de excluir o art. 9.º do anteprojeto por ela encaminhado e que se en-

contra em tramitação nessa Augusta Casa. A exclusão do art. 9.º da referida Mensagem se faz necessária e atende aos interesses da Administração, pelo fato da majoração e abono propostos terem aspectos plenamente amplos e gerais e assim poderem tramitar com maior brevidade, ao passo que a medida aqui consubstanciada, de cunho relativamente restrito, poderá, em separado, ter também normal tramitação nesse Legislativo Estadual.

Certo de que medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O art. 3.º, da Lei n.º 6.156, de 2 de outubro de 1970, passa, a partir de 1.º de março de 1974, a vigorar com a seguinte redação:

"At. 3.º — Fica instituída uma gratificação de produtividade aos atuais integrantes das séries de classes de Engenheiro, Engenheiro Químico, Engenheiro Mecânico e Advogado, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias e classe única de Procurador da PGE, no valor mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros); aos atuais membros da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, no valor mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros); aos atuais integrantes das séries de classes de Contador, Economista, Engenheiro Agrônomo, Farmacêutico, Naturalista, Químico e Veterinário, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias no valor mensal de Cr\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos cruzeiros); e aos atuais integrantes das séries de classes de Assistente Social, Bibliotecário, Estatístico, Técnico de Administração e Redator, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias, no valor mensal de Cr\$ 1.300,00 (um mil e trezentos cruzeiros).

§ 1.º — Os atuais integrantes das várias séries de classes de Médico, Cirurgião Dentista e Enfermeiro, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias, perceberão a gratificação mensal de que trata este artigo, na razão de Cr\$ 750,00 (setecentos e cinquenta cruzeiros), Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros) e Cr\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta cruzeiros), respectivamente.

§ 2.º — Os profissionais referidos no parágrafo anterior que comprovadamente não acumularem cargos públicos da mesma natureza, poderão perceber a gratificação pelo dobro do valor ali previsto, enquanto perdurar essa situação.

§ 3.º — A gratificação de produtividade é devida em razão do pleno exercício profissional na lotação do funcionário e é inacumulável com a gratificação de tempo integral, admitida a opção, quando for o caso.

§ 4.º — A gratificação de que trata este artigo fará parte integrante dos proventos de inatividade nos casos de futuras aposentadorias por tempo de serviço.

Art. 2.º — O Poder Executivo expedirá, por decreto, a regulamentação que se fizer necessária à fiel execução da presente lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 172-A-74, do Senhor Karlos Rischbieter, Presidente da Caixa Econômica Federal, no qual agradece voto de congratulações para com sua pessoa, formulado pelo Senhor Deputado Arizone Mendes de Araújo. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n.º 31-74, do Senhor Assis Gabriel Bandeira, Presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense — AMSOP, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora daquela Associação, para o período de 1974 a 1975. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

TELEGRAMAS:

Do Senhor Almeida Machado, Ministro da Saúde, nos seguintes termos: Referência telex apraz-me informar com relação produtos farmacêuticos que v.g. da lista de produtos mencionada v.g. englobando vinte e um agentes farmacológicos citados como proibidos em outro país v.g. apenas cinco são comercializados no Brasil et são no momento objeto estudos técnico-científicos atentos interesses população et produtos contendo dimetilsulfoxido v.g. furaltone v.g. deltromoramina v.g. iproniazida et zoxazolamina v.g. tiveram licença suspensa no país pt cds. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Paulo Afonso Ramano, Secretário Geral do Ministério da Agricultura, nos seguintes termos:

Referência seu Ofício nr SC-309 v.g. de 02 de março último v.g. apraz-me informar vossência v.g. em nome Senhor Ministro v.g. requerimento Senhor Deputado Maurício Fruet foi encaminhado à SUNAB para estudo pt cds. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo infausto desaparecimento em acidente de veículo, do Doutor Romeu Laufert da Silva, ocorrido em data de ontem na Rodovia do Café.

O Doutor Romeu Laufert da Silva era Tenente Coronel, Médico do nosso glorioso Exército Nacional, e presentemente como reformado, responsável pelo Posto de Saúde de Cafeára, neste Estado e Médico do Sindicato Rural de Centenário do Sul.

O desaparecido ainda, era pessoa boníssima e cristã. Tinha sempre e acima de tudo o interesse de atender os menos favorecidos pela sorte. Nunca fez de sua profissão um meio de ganho, e sim uma maneira de servir a comunidade.

Seu desaparecimento, por estas razões, é grandemente pranteado por todos, não só familiares e amigos, mas por todos os que dele receberam inumeráveis benefícios.

Assim, justo é que esta Assembléia lhe preste esta última homenagem de reconhecimento, para que o seu nome fique também registrado como um grande benfeitor da humanidade.

Requeiro, outrossim, uma vez aprovada a presente, dê-se ciência à família

enlutada, à Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba e ao Exmo. Senhor Secretário da Saúde Pública.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1974.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, requerem, seja consignado em Ata o pesar desta Casa pelo falecimento em Irati, onde residia, do prestante cidadão Frederico Koch e que do fato se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1974.

(aa) Antônio Lopes Júnior e

João Mansur

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, requerem, na forma regimental, um voto de pêsames, pelo falecimento em Irati, onde residia, do Senhor Domingos Ruteski e que do fato se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1974.

(aa) Antônio Lopes Júnior e

João Mansur

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer a consignação na Ata dos presentes trabalhos, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido hoje, da Senhora Aurora Carnasciali da Costa.

Requer, outrossim, da manifestação da Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1974.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido dia 16 do corrente, do Senhor Everton de Siérgen Plaisant, membro de tradicional família paranaense.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Rua Ayrton Plaisant, n.º 193 — Santa Quitéria

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1974.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, ouvido o Plenário,

REQUER:

a inserção em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de regozijo pela Sessão Cívica realizada em data de ontem no Clube Sírio Libanês do Paraná, onde foi comemorada a data nacional da República Árabe da Síria.

A Mesa diretora dos trabalhos foi composta com as seguintes autoridades: sr. Omar Rachid Fatuch, Presidente do Clube Sírio Libanês do Paraná; Elias Abdo Bittar, Cônsul da República Árabe da Síria; Deputado João Mansur, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Vereador Edgar Dantas Pimentel, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba; Padre Antônio Ward, Pároco da Igreja Ortodoxa São Jorge de Curitiba; Poeta Elias Farhat; Sra. Naine Zattar Karan, Presidente da Irmandade São Jorge das Senhoras Católicas Apostólicas Ortodoxas; Sra. Marta Karan, Presidente da Sociedade Beneficente das Senhoras Sírio Libanesas do Paraná; Sr. Gabriel Hilú, Presidente do Conselho Administrativo da Igreja Ortodoxa São Jorge de Curitiba; Sr. Hussein Omair, Presidente da Sociedade Muçulmana do Paraná; Dr. Jorge Karan, Presidente da Sociedade Árabe Beneficente; Sr. Nassib Abdo Abage, representando o Sr. João Chede, Presidente da União Cultural Brasil Líbano e o signatário deste.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência às personalidades acima citadas.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1974.

(a) Fuad Nacli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a realização em Guarapuava da 5.ª Exposição Feira Agropecuária e Industrial, 2.ª Exposição Feira de Suínos do Paraná e 2.º Encontro Estadual de Pastagem, no período de 20 a 28 do corrente mês de abril, solicita seja designada pela Mesa uma representação da Assembléia para se fazer presente na Abertura Oficial do certame, no dia 21, domingo, às 9,00 horas.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1974.

(a) Sebastião Rodrigues Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, sejam designados, por esta Presidência, representantes de nosso Legislativo às comemorações da 5.ª Exposição-Feira Agropecuária e Industrial de Guarapuava, 2.ª Exposição-Feira de Suínos do Paraná e 2.º Encontro Estadual de Pastagens, a se realizar, concomitantemente, no Município de Guarapuava, no próximo dia 21, nas dependências do Parque de Exposições "Lacerda Werneck".

Contando com uma vasta programação, numa festividade de oito dias de duração, estas exposições, pela importância do evento, estão a merecer a atenção de nosso Legislativo, motivo pelo qual apresentamos o presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1974.

(a) Domicílio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

Considerando que, atualmente, os serviços telefônicos na cidade de Cascavel são deficientes, não correspondendo às necessidades dos usuários, especialmente nos interurbanos com demoras de até 6 horas;

Considerando que até a presente data não foi ainda implantado o serviço de D.D.D., não obstante promessas formais de que seria instalado ainda em fins do próximo ano passado e que o foi feito em diversas outras cidades menos importantes;

Requer, seja enviado à Direção da TELEPAR veemente apelo no sentido de

que sejam tomadas providências urgentes à regularização e implantação de tais serviços.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1974.

(a) Iris Caldart

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, encaminha à Mesa para conhecimento da Casa, o abaixo assinado anexo.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1974.

(a) Álvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja designada uma Comissão de três (3) Senhores Deputados para representar a Assembléia nas comemorações do 28.º aniversário de emancipação política do Município de Pirai do Sul, que ocorrerão no próximo dia 23.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1974.

(a) David Federmann

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso das atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Assembléia Legislativa,

REQUER:

1.º — seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Telecomunicações — TELEPAR —, solicitando-lhe haja por determinar realização de estudos visando a implantação de linha telefônica no Distrito de Eduardo Xavier da Silva, Município de Jaguariaíva-PR.

2.º — seja, desta decisão, dada ciência através de expediente de inteiro teor, ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariaíva-PR.

3.º — seja ainda, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, para conhecimento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 17 de abril de 1974.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA

O Distrito de Eduardo Xavier da Silva é o mais importante de todos quantos integram o Município de Jaguariaíva-PR. Tem um comércio ativo, uma indústria incipiente que avança celeremente para integrar-se no panorama econômico regional e um índice demográfico significativo, o que lhe garante já "status" de pequena cidade. Não obstante, até o momento sua população está isolada no que se refere aos meios de comunicação com os centros mais adiantados, sendo ressaltar-se que tal fato tem reflexo no contexto social e de saúde pública, pois em casos de emergência não há como, de modo rápido e eficiente, ser solicitado auxílio adequado.

A Companhia Paranaense de Telecomunicações — TELEPAR —, que vem executando um vigoroso programa de integração de todas as comunidades interiores do Estado, poderia, estamos certos, incluir entre suas próximas realizações a implantação de rede telefônica no Distrito de Eduardo Xavier da Silva, o que, de resto, estaria sendo o cumprimento de um dos objetivos da empresa, isto é: prestar serviços de telecomunicações dentro de sua área de concessão, ao maior número possível de pessoas, nas cidades e nas áreas rurais. Este objetivo, juntamente com outros três que constituem ponto de atuação da TELEPAR, é permanente e não estático. É flexível, dinâmico e evolui com o tempo, com o homem, com a sociedade, conforme se aprende na publicação Diretrizes de Ação Integrada da TELEPAR, publicação oficial da empresa. Isto posto, e tendo-se presente ao espírito que o tempo, o homem e a sociedade do Distrito de Eduardo Xavier da Silva têm apresentado contínua evolução, é de esperar-se que a TELEPAR se integre àqueles fatos e ajude a impulsioná-los ainda mais em direção ao desenvolvimento econômico e social da região.

Os nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade do presente Requerimento e darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Assembléia Legislativa,

REQUER:

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Arturo Andreolli, DD. Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL —, solicitando-lhe haja por determinar efetivação de estudos visando a implantação de rede de eletrificação rural no Distrito de General Lúcio, Município de Araucária, neste Estado.

2.º — seja, desta decisão encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Araucária-PR.

3.º — seja ainda, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, para conhecimento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 17 de abril de 1974.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA

É o Distrito de General Lúcio o mais importante de todos quantos integram o progressista Município de Araucária. Com um comércio ativo em sua sede e uma atividade agrícola em franca expansão, tem alcançado, nos últimos tempos, notável índice de progresso sócio-econômico que, não obstante, está desde logo limitado até certo ponto em virtude de aquela comunidade ainda não possuir eletrificação rural não podendo, seus moradores, se beneficiarem das vantagens e auferirem do conforto que a tecnologia moderna proporciona hoje a todos os homens.

Sabemos perfeitamente que a implantação de uma rede de eletrificação rural é investimento pesado para a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL —, porque o retorno da aplicação financeira se processa de modo lento e a empresa vê-se muitas vezes obrigada a cobrar tarifa realista pelo serviço prestado e dispensar o sentido social de sua presença na região, sob pena de aumentar desmesuradamente seu custo operacional global. Ainda assim, todavia, entendemos que a presente reivindicação dos moradores do Distrito de General Lúcio deverá ser recebida com simpatia e especial boa vontade porquanto os mesmos, desde logo, já manifestaram sua intenção de se organizarem em cooperativa, nos moldes determinados por Lei, para carrear pelo menos em parte os recursos necessários à realização da eletrificação rural pretendida.

O ilustre Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL —, que ainda há pouco pronunciou perante esta Assembléia Legislativa notável exposição quanto aos objetivos da empresa que dirige com capacidade, dedicação e proficiência, certamente compreenderá que o presente Requerimento destina-se a levantar o problema de ponderável parcela da comu-

nidade paranaense perante o Órgão competente para resolvê-lo, e, assim, dará ao mesmo sua especial atenção, determinando que os estudos de viabilidade técnica e econômica sejam processados com profundidade e que se esgotem todos os ângulos sob os quais possa ser encontrada solução ao problema, eis que, o atendimento da reivindicação dos moradores do Distrito de General Lúcio, Município de Araucária-PR, certamente não interferirá no dinâmico programa que a COPEL vem cumprindo em todos os recantos do Estado, mormente agora que não existe no Paraná nenhuma sede municipal que não seja servida pela rede de luz e energia, podendo assim a entidade dedicar-se com mais ênfase ao problema da eletrificação rural.

Os nobres Deputados certamente concordarão com a justiça da pretensão dos moradores do Distrito de General Lúcio bem assim com a oportunidade do presente Requerimento e, por isso, darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 34-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Cooperativa Mista dos Ruralistas de Ponta Grossa Ltda., os maquinários e instrumentos agrícolas seguintes:

Um trator John Deere — 730 — n.º 7325920;
Um lote n.º 59 — sucata de arado e grades;
Um lote n.º 38-39-40-41 — sucata de tratores Internacional T D 6 1060 e 1052;

Lote 50 8 lâminas UP/Internacional e 8 lâminas simples para Internacional;
Lote 53 — 9 seções de plantadeiras John Deere incompletos;

Uma semeadeira John Deere n.º 5812;

Sucata de 10 grades de discos e de 7 semeadeiras John Deere;
Oito combinadas, sendo 5 John Deere e 3 Allis Chalmers, séries 24207, 24226, 24205, 25309, 24017 e B-72911, B-72799, B-72383;

Sucatas de 2 combinadas John Deere 25309 e 24017;

Quatro arados de arame — lotes 64, 65, 68, 69;

Uma sucata C 1092;

Cinquenta e quatro seções de grades de discos;

Um trator John Deere 16-1067;

Sucata de 2 John Deere 7325924-7325925;

Cinco semeadeiras John Deere, sendo duas de 17 linhas e três de onze

linhas;

Seis arados metac. 4 discos;

Quatro arados metac. incompletos;

Dois arados Gerbruder Eberhardt, sendo um de 4 discos e um incompleto.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1974.

(a) David Federmann

JUSTIFICATIVA:

Os bens que se pretende doar à Cooperativa Mista dos Ruralistas de Ponta Grossa, foram cedidos para seu uso há quase dez anos, pelo Estado. Sua utilidade é óbvia e os benefícios que os cooperados vem deles usufruindo têm sido inúmeros, considerando-se ainda o zelo e manutenção perfeita que lhes é dada pela direção da Cooperativa que sabe bem aquilatar o valor do patrimônio que recebeu em cessão.

Acresça-se ainda que tais máquinas e instrumentos, face às necessidades do Estado diante das modernas técnicas agrícolas tornaram-se obsoletos não mais servindo para seu uso, enquanto que para os membros da Cooperativa cessionária têm uma utilidade imensurável.

Diante do tempo decorrido desde o empréstimo, tem-se uma situação de fato e que necessita ser consolidada através de lei própria.

Esperamos pois, o apoio de nossos Pares a esta iniciativa.

Projeto de Lei n.º 35-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga os Municípios de Contenda a Balsa Nova.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1974.

(a) João C. Fadel

JUSTIFICATIVA

A estrada objeto do presente Plano de Lei e cuja estadualização se pretende serve a uma importante região agrícola do Estado, em franca expansão e cujo índice de desenvolvimento só não é mais acentuado justamente em decorrência ao mau estado de conservação da citada via, que impede o pronto escoamento da produção agro-pecuária local.

No que se refere ao Município de Contenda ainda o problema não é tão agudo porque há a possibilidade concreta de utilização da Rodovia do Xisto. Mas a situação para Balsa Nova é, atualmente, de permanente sacrifício, pois o Município acha-se como que ilhado entre duas grandes rodovias, a do Xisto, já citada, de um lado; e a do Café, do outro, e não tem acesso a nenhuma delas, o que não se justifica especialmente agora que a filosofia do Governo Federal e a dinâmica do Governo do Estado vêm dando ênfase à necessidade do aumento de produção e de produtividade agrícola, com vistas à exportação de excedentes para reforço de nossa balança de pagamentos.

Entendemos, por outro lado, que a solução consubstanciada no Projeto de Lei ora submetido à apreciação do ilustrado Plenário é plenamente viável sem maiores encargos para o tesouro estadual e sem interferência ao plano de obras do Departamento de Estradas de Rodagem, porquanto a estrada Contenda-Balsa Nova é de curto percurso, seu traçado é razoavelmente regular e trabalhos de melhoria e conserva que nela vierem a ser realizados não demandarão nem muito tempo nem muita aplicação de numerário que, de resto, retornará multiplicado à fazenda estadual sob a forma de impostos coletados na região.

Os nobres Deputados certamente concordarão com esta proposição e darão à mesma seu honroso e indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está ainda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados. Caso não haja tempo para desenvolvermos nossa matéria no Pequeno Expediente, já estamos inscritos para o Grande Expediente, em terceiro lugar, onde pretendemos trazer assunto que consideramos de grande importância.

Sr. Presidente, os jornais de hoje noticiam que o Sr. Governador do Estado, neste instante, se encontra em Campo Mourão, encetando uma campanha de desenvolvimento à triticultura, motivado pelas metas do Governo Federal, pelo Ministério da Agricultura, no sentido da auto-suficiência nacional de abastecimento de trigo.

Acho das mais louváveis esta campanha do Governo Federal e muito bem assimilado pelo Governo Emílio Gomes, em data de hoje, na cidade de Campo Mourão.

Realmente é preciso, é importante, mesmo que o Brasil não importe um grão mais de trigo, que ele se torne auto-suficiente que seu consumo interno de trigo seja de tal maneira, que abasteça a população brasileira.

Diante desta campanha nacional e estadual tenho sérias preocupações e trago aqui alguns argumentos.

Lemos hoje na "Folha de Londrina" que "não há preço para o soja. Os caminhões se avolumam nos portões das empresas compradoras, o escoamento é lento devido à frustração financeira do soja para pequenos e médios produtores. Há dificuldade de conseguir financiamento para a próxima safra de trigo".

Vejam, há dificuldade para isso. "Esse é o panorama atual da comercialização do soja no Paraná, um produto que poderá cair de produção no próximo ano".

Segundo argumento: "Se um lavrador" — diz aqui — "dispendeu 250 por saca de semente para vir acabar aqui sem preço. Paga mais 10 cruzeiros por safra para colheita, para ficar agora a ponto de perder a cabeça de preocupação. Até há pouco tempo eu pensava em continuar com o trigo, mas acho que não vai dar mais. O prejuízo com o soja, não vai permitir. Tenho pensado em algodão, quem sabe, para setembro".

É a figura real, sr. Presidente, exata, de um lavrador inteiramente desorientado. Ele não sabe o que fazer. O soja lhe dá prejuízo, não há financiamento para o trigo e acha que não deve ir para o algodão, porque, quem sabe o que poderá acontecer com o algodão.

Sr. Presidente, isso são declarações obtidas na fonte de produção. Então, é importante essa campanha iniciada pelo governo federal e hoje encetada pelo Governador Emílio Gomes, para que o Brasil torne-se auto-suficiente.

Voltarei no Grande Expediente, com mais tempo, mas apresentarei o seguinte Requerimento a ser enviado ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário de Agricultura e ao Sr. Ministro da Agricultura, nos seguintes termos: (lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, dentro de suas atribuições regimentais, solicita de V. Exa. que após a aprovação pelo Plenário, seja encaminhado telegrama nos termos abaixo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Emílio Gomes, ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios da Agricultura, José Cassiano Gomes dos Reis e ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Allysson Paulinelli:

"Assembleia Legislativa Paraná congratulase vossência lançamento data hoje campanha desenvolvimento triticultura Paraná procurando integrar e motivar meta governo federal através apelo ministro Agricultura sentido autosuficiência nacional abastecimento trigo pt Alcance pleno êxito meritória inociativa se faz necessário inteiro amparo produtor através preço mínimo justo vg evitando-se haja desestímulo produção face desproporção custos reais et preços obtidos".

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1974.

a. — Olavo Ferreira".

Sr. Presidente, é preciso maior respeito a quem produz. É sério, não é fácil encontrar quem vai produzir. Agora, quem quer produzir, precisa ser respeitado. Porque produzir e não ter preço, produzir não ter amparo, produzir e não ter escoamento, é melhor não produzir. Porque é um crime contra a natureza e contra o próprio Criador não dar financiamento, não dar amparo.

Então, meritória a campanha do Governo Federal, meritória a campanha do Governo do Estado, mas é necessário que o produtor seja inteiramente amparado. Acredito nisso e acredito mesmo que o Brasil poderá ser auto-suficiente como deseja o Governo federal, desde que o produtor tenha esse estímulo para a produção. Agora, produção sem estímulo, sem amparo, é melhor não produzir. Sr. Presidente, esse é o primeiro pronunciamento à respeito do trigo. Voltarei no Grande Expediente, onde iremos nos alongar um pouco mais. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência anuncia com satisfação, a presença no Plenário desta Assembleia, do Dr. Wilson Khum, Prefeito Municipal de Toledo.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Era minha intenção fazer uso da palavra no Grande Expediente, para dispor de tempo maior e também proporcionar oportunidade aos companheiros no sentido de me apartarem.

Trago a esta Tribuna um determinado tema, e lamento trazê-lo. O faço constrangido e fui, inclusive, alertado por amigos para que não o fizesse, pois estaria correndo riscos. Pensei e cheguei à conclusão que deveria me manifestar porque, na função pública, ou assumimos responsabilidades e corremos riscos, ou descumprimos completamente, com aquilo que prometemos ao povo que representamos.

Falo hoje, de um Prefeito já denunciado, publicamente por todos os jornais deste Estado e que tem colocado em polvorosa a população de seu Município, que tem provocado revolta no seio da família decente de Geniópolis; de um Prefeito acusado de ter sido eleito com o voto de outros Municípios praticando, portanto, antes de assumir o seu mandato, a corrupção, ferindo a Lei eleitoral e que continua a corromper, que continua a denegrir a função pública que exerce. Os desmandos praticados chegam a fazer com que acreditemos ser ele um homem dotado de instintos animais, de instintos selvagens. Não gostaria e nem mesmo usarei aquele palavreado que fica muito bem em Delegacia de Polícia. Mas, recebi aqui um abaixo assinado de moradores de Geniópolis, abaixo assinado extenso, denunciando o último crime praticado por aquele Prefeito. Deixo de citar esse

crime, conforme afirmei, porque fica melhor em uma Delegacia de Polícia e não neste Poder de representação popular.

São atos dessa natureza, sr. Presidente, Srs. Deputados, que faz com que a população passe a desacreditar no homem público e no político; são comportamentos dessa natureza, que fazem com que homens honrados, preparados, de mais alta qualificação, deixem a vida pública e nela nem sequer entrem, porque não querem correr o risco de se misturar a tipos como esse, não querem correr o risco de participarem, embora contrariamente de atos dessa natureza.

Neste instante, gostaria de prestar uma homenagem ao Vereador do meu Partido, no Município de Geniópolis porque é o Vereador do interior, muitas vezes, criticado e se transforma, em outras tantas vezes, em herói anônimo assumindo altas responsabilidades. Antonio Ferreira Branco tem denunciado, diariamente, na Câmara Municipal de Geniópolis, os atos de corrupção, as arbitrariedades, os atos de prepotência do Prefeito daquele Município, como o Requerimento que tenho em mãos que apresenta denúncia da compra de material com verba da Prefeitura para ser usado em propriedade particular do Prefeito. Como documento rasurado, onerando o Município com uma despesa bem superior àquela realmente efetuada. A par disto os atos de imoralidade e indecência...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que resta apenas um minuto.

O SR. ALVARO DIAS — Vou concluir encaminhando à Mesa este abaixo assinado de moradores de Geniópolis e quero, neste instante, apelar às autoridades responsáveis, aquelas que receberam a denúncia, no sentido de que tomem as providências necessárias para que este exemplo negativo e danoso em todos os sentidos, não frutifique.

Apelamos para que a justiça punitiva seja aplicada com todo o seu rigor e as ameaças que são dirigidas àqueles que não compactuam, que não estão de acordo com atos desonestos, estas ameaças não podem ser levadas em conta por aqueles que querem honrar o mandato que assumiram.

Se este homem já cometeu crimes, inclusive assassinato de um seu semelhante de pijama, neste instante, sem temer as consequências, peço que pelo menos espere que eu me vista. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O que nos traz à Tribuna neste instante é um assunto que deveríamos ter tratado desta Tribuna, na devida oportunidade, à época própria, mas não o fizemos por uma questão de prudência, de calma, de serenidade.

Notícia a imprensa de hoje, e tenho aqui "O Estado do Paraná", em letras garrafais, em manchete: "Cai um Prefeito. Outro a perigo".

O Prefeito que caiu é o de Catanduva, o Sr. José Marcolino Cardoso e outro a perigo, é assunto que foi tratado ontem aqui e propriamente não nos diz respeito.

Mas, quanto ao Prefeito que caiu, diz a nota que ele pertence ao MDB e quero fazer a decida retificação. Este cidadão foi eleito pelo MDB, ele usou a legenda do MDB, usurpou a legenda do MDB. Ele se elegeu nas costas, ou a cavalo do MDB, mas depois saltou do cavalo. Bandeou-se logo que foi eleito e por sinal estranhámos muita as primeiras atitudes deste cidadão como Prefeito.

Ele esteve conosco em Palácio, foi recebido pelo sr. Governador João Mansur que então exercia honrosamente as funções de Governador, e foi devidamente tratado e atendido e acompanhado nas suas reivindicações. Dias depois ele anunciava enfaticamente seu bandejamento; ele saltou a sanga e foi para a Arena. E traiu, então, o MDB.

Agora, segundo essa notícia e outras de caráter pessoal, particular que me foram transmitidas por diversos Vereadores, inclusive Vereadores da ARENA, ele traiu também a ARENA, porque um indivíduo que lesa os cofres públicos da forma e da maneira como esse Prefeito fez e está fazendo, traiu não só a si, a sua família, como também ao Partido a que pertence.

Ele já está inscrito na ARENA, traiu uma vez o MDB, uma segunda vez traiu a ARENA. Então, queria fazer essa retificação. Ele não pertence ao MDB, é elemento da ativa, do Partido do Governo, a ARENA. Fica registrada essa retificação.

De outro lado, Sr. Presidente, sobre a Mesa Requerimento nosso, onde pedimos o beneplácito, a sua aprovação, para o apelo que dirigimos à Telepar, à Direção da Telepar, no sentido de que se regularize o serviço telefônico de Cascavel, porque não há mais condições. É bem verdade que o progresso naquela cidade é espantoso, é a cidade que mais progride no Estado, é uma verdadeira expressão do progresso econômico, industrial, comercial etc., e consequentemente, o serviço telefônico não acompanha.

O atendimento de seus usuários fica privado desse bem que hoje é necessário ao desenvolvimento de qualquer cidade.

Pedimos a aprovação desse nosso Requerimento e, finalmente, queremos nos congratular com o Deputado Olavo Ferreira, mais uma vez, pela atitude que acaba de tomar e que vai continuar, com certeza, a respeito da batalha da produção no Paraná. Realmente, é a batalha da produção. Porque produzir no Paraná, hoje é ser herói, não há mais condições de produzir no Paraná. Não há mais condições de produzir no Paraná. Aqueles que ainda produzem, é porque são viciados na agricultura, ou porque são uns heróis, ou porque têm condições, têm reservas grandes para produzir.

De nossa parte, estaremos presentes nesta Tribuna, diversas vezes, e estamos preparando um trabalho realista, sério, honesto, que será trazido ao conhecimento do povo do Paraná. De outra parte, e finalmente, "O Estado do Paraná", registrou uma nota com respeito ao pronunciamento do Deputado Olavo Ferreira, e diz aqui que "se aplaude na Assembleia o preço mínimo do soja, a 70 cruzeiros".

Não há esse preço mínimo. O colono está entregando seu produto ao trust, sem preço. Está entregando seu produto na amarra, ao trust, diga-se alto e bom som. Não há preço de soja e o preço mínimo do trigo, hoje aquele que for plantar trigo, não consegue, por melhor que seja a safra. Não consegue o custo da plantação no preço mínimo de hoje.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendo tratar de matéria já ventilada nesta Casa mas que, no entanto, ainda está a merecer algumas considerações em razão de ser um problema da maior indagação e da maior relevância.

Quero referir-me as Mensagens Governamentais que estão tramitando nesta Assembléia e que trata do aumento do Funcionalismo público do Estado e ainda a questionada cota de produtividade.

Conforme a Mensagem serão beneficiados com a denominada cota de produtividade cerca de três mil funcionários detentores de diploma universitário, assim distribuídos:

1.a Categoria — Cr\$ 1.500,00.

Engenheiros — 55, engenheiros químico 10, advogados 224, num total de 289.

2.a Categoria — Cr\$ 1.400,00.

Contador — 86, Economista — 34, Engenheiro Agrônomo — 84, Farmacêutico — 54, Naturalistas — 10, Químicos — 20, Veterinários — 32, num sub-total de 320.

3.a Categoria — Cr\$ 1.300,00.

Assistente Social — 24, Bibliotecário — 30, Estatístico — 34, Técnico de Administração 94, Redator — 38, num sub-total de 220.

4.a Categoria — Cr\$ 750,00 ou Cr\$ 1.500,00.

Médico — 357, Dentista — 104, num sub-total de 461.

Na Magistratura e Ministério Público são por volta de 700 os beneficiados pela cota de produtividade; no Tribunal de Contas, mais ou menos, 40 beneficiados.

Desta maneira o número de pessoas que serão beneficiadas serão 2.020, não incluindo o Departamento de Estradas de Rodagem, o Departamento de Edificações e Obras Especiais, o Departamento de Imprensa Oficial, o Instituto de Assistência ao Menor, o Instituto de Previdência e Assistência ao Servidor do Estado, o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas.

O número de funcionários relacionados foi tirado da Lei n.º 5.978 de 1.º de agosto de 1969, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 127 de 4 de agosto de 1969.

No entanto, a Mensagem na minha opinião contém uma distonia e até foi colocado à margem o princípio de economia legal que deveria prevalecer em Mensagem desta natureza.

A Mensagem exclui a Assembléia Legislativa com 105 funcionários da Parte Permanente e 75 funcionários da Parte Suplementar; exclui o Tribunal de Contas com 86 funcionários da Parte Permanente e 16 funcionários da Parte Suplementar; exclui o Tribunal de Justiça na parte permanente 37 e na suplementar 28. São excluídos da Taxa de produtividade na Mensagem encaminhada pelo Executivo Estadual, cerca de 300 funcionários. Como se vê não me parece de boa política funcional a Mensagem enviada pelo Governo porque a mesma Mensagem que contempla perto de três mil funcionários de nível superior exclui apenas 300 da mesma categoria. Acredito que este fato deve ser do controle político da Assembléia Legislativa, para que o Governo do Estado reforme a Mensagem.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que resta meio minuto.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Assim, Sr. Presidente, creio que fica bem clara a distonia a que me referi.

Acredito que o Governo tenha as suas razões, cujo mérito não quero discutir, mas como funcionários foram excluídos, nós como representantes do povo temos o dever de alertar, não só alertar, como reivindicar com rigor a necessidade de uma reforma neste particular.

Era o que tinha a dizer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Pequeno Expediente.

Passamos ao Grande Expediente e concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados

Acaba de deixar esta Tribuna, tendo ocupado-a com o brilho costumeiro, o ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, focalizando um dos aspectos da Mensagem Governamental no tocante à Gratificação de Produtividade que constitui matéria em debate nesta Casa, com as Mensagens Governamentais respectivas. O assunto tem sido debatido sob diversos aspectos e antes de aduzir algumas despretenciosas considerações ao que já se disse nesta Casa, a ponto de quase se esgotar a matéria, desejaria fazer duas observações referentes às afirmações aqui feitas ontem pelo inclito e culto Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni.

Insistiu S. Exa. no apressamento da matéria e no seu desdobramento para aprovação desta Casa, principalmente sob a alegação de que as folhas de pagamento dos funcionários poderiam sofrer soluções de continuidade com a delonga. E mais, sob um aspecto difícil de qualificar, de definir, alegou S. Exa. que a Bancada do MDB teria ontem faturado alto, em termos eleitorais. Francamente, Sr. Presidente, espero ter sido fiel ao sentido das palavras do eminente Líder.

O sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte. (Assentimento) Quando desta Tribuna, na Sessão de ontem, fiz referência à necessidade do apressamento da tramitação da Mensagem, foi para justificar que fosse expungido o artigo 9.º do Anteprojeto de Lei que constitui aquela Mensagem, que passou a ser essa, Mensagem complementar, já em tramitação nesta Casa, tratando especificamente da concessão da gratificação de produtividade aos funcionários de nível superior. Disse, da Tribuna, que o apressamento na aprovação da Mensagem que prevê o aumento em nada prejudicará as pretensões desta Assembléia de incluir o pessoal de nível superior da Assembléia e do Tribunal de Justiça e de Contas, naquela Mensagem, que seria objeto de apreciação posterior. Esse foi o sentido que dei a primeira observação que V. Exa. fez.

O SR. MUGGIATI FILHO — Foi o que entendi, nobre Líder, e acredito foi o que eu mesmo disse há pouco, pois ainda não entrei no aspecto formal da questão, a que V. Exa. agora fez referência, apenas afirmei que V. Exa. havia pedido o apressamento da Mensagem 14, por entender que ela deve ser aprovada para não dificultar a confecção das folhas de pagamento e permitir a discussão mais prolongada da Mensagem subsequente. Mas, continuando a focalizar, apenas para melhor esclarecer a matéria preliminarmente abordada, desejaria consignar nesta Casa que é um direito inerente a cada um de seus membros ocupar esta Tribuna e mais, que o dia em que esta Tribuna silenciar é porque silenciou a última voz do brasileiro independente que possa ainda existir em nossa Pátria. Consequentemente, esta Tribuna não poderá jamais emudecer e não vemos sentido de que se possa criar algum constrangimento de ordem moral para que dela se sirva o parlamentar. Entendo pois que se queira criar uma barreira de ordem moral, de ordem ética, com a falsa afirmação, falsa quanto ao seu conteúdo, que a Bancada do MDB está procurando fazer em torno do Projeto de Lei relativo ao aumento do Funcionalismo público do Estado uma batalha eleitoral.

Desejo que fique, de uma vez por todas, registrado nesta Casa que nenhuma barreira, seja ela de que espécie for se pretende apor a qualquer Deputado que aqui prestou seu juramento de servir à causa pública.

O sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). En-

tendo que esta preocupação do Líder do Governo é infundada, é imprecisa e não deveria existir.

Em primeiro lugar porque se busca uma verdade, uma justiça, um fim comum. Os Deputados da Arena não de querer que se chegue a um ponto justo e que uma lei daqui sai perfeitamente organizada, delimitada e consubstanciada que possa servir como tal e que possa orgulhar os foros de justiça, de direito e de cultura de nosso povo, da nossa gente e da tradição paranaense.

Em segundo lugar porque sabe muito bem o nobre Líder do Governo que tudo que fazemos aqui tem encontrado muito pouco ou quase nada, nada mesmo de divulgação. Nós na nossa modestia, na nossa insignificância em nossa inferioridade não encontramos ressonância e nem condição de progresso porque neste mundo existem leis tão sérias, tão severas e tão altas que nos dão condição de progresso, de aumento eleitoral, de expansão.

Veja V. Exa. que os elementos da Oposição, os que militam na Oposição teriam agora vasta possibilidade de alcançar o progresso de nossas Bancadas Federal e Estadual, mas está lá na Câmara Alta do País a ser votada uma Mensagem Presidencial que vem trazer a possibilidade de mais uma vez se abafar, de se amordçar este possível progresso da Oposição, com uma formação de três candidatos para um. Não pode e não deve se preocupar o nobre Líder do Governo com esta possível capitalização da Bancada da Oposição, que ela não existe e não é esta a intenção que nos traz a esta Tribuna, a este debate.

O SR. MUGGIATI FILHO — Fico grato à intervenção de V. Exa. e que adiantou a conclusão que eu procurei ter do assunto uma vez que merecedor de nossa homenagem pela sua elevada linha de conduta nesta Casa. Entretanto, não poderíamos, mesmo sabendo que suas afirmações foram feitas no aceso do debate, deixar de esclarecer devidamente este assunto, para que ninguém se veja constrangido de vir a esta Tribuna para debater qualquer assunto, porque em relação às matérias aqui discutidas o parlamentar quase sempre se coloca acima de interesses político-partidários, porque a lei visa acima de tudo o interesse comum e neste interesse comum se consubstanciam as reivindicações não só da maioria, mas também da minoria, e não raro aquilo que hoje é recusado, amanhã é aceito e aprovado.

Não foi já, nos seus primórdios, sem muita luta que os precursores da democracia lutaram logo ao seu início contra esta pecha de demagogia, porque, ao seu início, democracia era sinônimo de demagogia e hoje nós que devemos considerar a demagogia como o maior inimigo da democracia, devemos, entretanto, ter a melhor atenção para definir o que seja demagogia, a fim de não cometermos, não raro, irreparáveis injustiças.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Muggiati Filho ninguém mais do que este humilde servidor de uma parcela da população pode entender a sua preocupação. Mas, nobre Deputado, ontem, num aparte, não fiz nada mais nada menos do que uma observação que considero ainda válida, ao afirmar que ontem eu estava enciumado por não pertencer a aguerrida e valorosa Bancada do MDB e não se foi isso "ipsis literis" o que afirmei ontem, mas foi mais ou menos o seguinte: que estava convencido de que a Sessão de ontem foi em termos de capitalização eleitoral, para a Bancada do MDB, uma das mais proveitosas já assistidas por mim nesta Casa. Isso não quer, absolutamente, significar que tenha pretendido primeiro, fazer qualquer restrição ao comportamento da Bancada do MDB que, se agiu assim, a atuação foi clara, porque disse que "acho que capitalizou muito em termos de votos, num considerável contingente eleitoral, que é o funcionalismo público do Estado", mas em minuto nenhum, nem de longe, eu me permitiria atribuir aos Srs. Deputados do MDB qualquer sentido de demagogia, jamais cometeria eu a levandade de considerar qualquer dos ilustres membros do MDB, como demagogos.

Não tiveram outro sentido minhas observações e não podia ter cerceado o direito dos Deputados do MDB de ocuparem a Tribuna para defender seu ponto de vista, sobre qualquer assunto. Seria até temerário porque nós, que vivemos aqui nesta Casa, sabemos que a única arma que nos resta é a palavra. Esse é o sentido que dei ao meu aparte e não entendo de outra maneira, porque seria incapaz de ofender a qualquer ilustre Deputado do MDB, dando outro sentido.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o honroso esclarecimento de V. Exa. e sinto-me à vontade para dizer que não me enganei quando fiz as afirmações que fiz há pouco, a respeito da figura parlamentar de V. Exa. completando agora o segundo item a que preliminarmente se propôs antes de entrar propriamente no mérito desse projeto, sob alguns de seus aspectos, tão somente gostaria de acentuar, Sr. Presidente, que na Mensagem do Sr. Governador do Estado, a de n.º 20-74, que encaminhou o Anteprojeto de Lei que modificou o artigo 9 da Mensagem 14-74, está nela claramente escrito: "essa Mensagem adita a de n.º 14-74, de 26 de março próximo passado, a fim de excluir o artigo 9.º do Anteprojeto" por ele encaminhada a que se encontra em tramitação nesta augusta Casa. Nos termos da literal interpretação, quem dita, adita alguma coisa a alguma coisa. Logo, a própria Mensagem fundiu-se a primeira, aditando-a, excluindo da primeira o seu artigo 9.º, não sendo cabível em termos elementares de processo legislativo, que ela tenha tramitação em separado.

A matéria foi e será discutida amplamente e sua discussão não representa um centavo de prejuízo aos interessados que são os funcionários públicos. Por que? Porque a lei entrará em vigor na data prevista, a partir do mês de março. Se o funcionário não receber em abril os vencimentos já calculadamente o receberá em maio. O que interessa é que ela seja dotada de benefícios que, realmente, venha garantir a todos aqueles a quem ela, a lei, faz referência um direito líquido e certo e livre de interpretações ambíguas.

Não é outro o teor do Projeto inicial:

"Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas dos quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e dos integrantes da Polícia Militar do Estado ficam majorados em 10% (dez por cento) a partir de 1.º de março de 1974".

Consequentemente não interessa que esta lei seja votada hoje ou amanhã, porque de acordo com este artigo terá efeito retroativo.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. há de convir que as folhas de cada mês são confeccionadas tomando-se por base a frequência do funcionário constante do LP do mês anterior.

Levando-se em conta que esta Mensagem terá ainda que ir à Comissão de Finanças e à Comissão de Redação no seu final não vejo como o Funcionalismo público tenha perspectiva de ver este aumento incluído em sua folha do mês de maio, a não ser que façamos um esforço no sentido de que esta lei tramite com a maior urgência possível. Com respeito à vinculação Mensagem complementar a esta não existe dispositivo regimental que proíba a tramitação isolada da mesma, porque o Anteprojeto de Lei que capta a

Mensagem 20-74 é completamente independente, em nada vinculada à Mensagem 14-74. Era o ponto de vista que queria expor.

O SR. MUGGIATI FILHO — Os argumentos de V. Exa., eminente são os mais ponderados mas, permita-me observar a V. Exa. que não fez alusão a preceito regimental, uma vez que estou de acordo com V. Exa. Nenhuma proibição regimental existe, mas existe um princípio elementar de técnica legislativa, em que os projetos são conexos e no caso a conexão aqui acho que não é nem conexão do projeto, é um aditamento. A Mensagem 20-74 não é conexão, é um aditamento à Mensagem inicial. Sem ofensas ao valor jurídico do assessoramento que recebe S. Exa. o Governador do Estado, é preciso que se reconheça que as Mensagens Governamentais estão tumultuadas, não por culpa desta Casa, mas pela sua configuração, por uma consequência até, seria de se dizer, da fase em que vivemos em nosso País, em que se dá muito pouco valor à técnica legislativa, para se dar principalmente o valor acentuado, por demais acentuado ao Poder do mando, ao Poder Executivo, legando-se aos legisladores uma tarefa das mais ingratas, a de muitas vezes se verem às voltas com ambiguidades, como esta que vou ler para que a Casa possa senti-la em toda a sua plenitude.

A Mensagem diz: "Esta Mensagem adita a de n.º 14-74, de 26 de março próximo passado, a fim de excluir o art. 9.º do Anteprojeto por ela encaminhado e que se encontra em tramitação nessa augusta Casa. A exclusão do art. 9.º da referida Mensagem se faz necessária e atende os interesses da Administração, pelo fato da majoração e abono propostos terem aspectos plenamente amplos e gerais e assim poderem tramitar com maior brevidade, ao passo que a medida aqui consubstanciada, de cunho relativamente restrito, poderá, em separado, ter também normal tramitação nesse Legislativo Estadual".

É difícil de se saber realmente qual a pretensão exata da Mensagem porque ela começa por ser um aditamento e se transforma depois num processo conexo.

Então vejam os Senhores que não somos nós, os legisladores, que estamos tumultuando a matéria, que realmente está tumultuada nesta altura e se a Comissão de Justiça está em dificuldade para proferir parecer, procurando servir-se da matéria debatida em Plenário, é justo que tenhamos paciência com a Comissão de Justiça, porque a matéria está, repito, tumultuada.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Veja Deputado Muggiati Filho, diante do mesmo raciocínio com que V. Exa. tem se conduzido nesta Tribuna, que a Mensagem de S. Exa. o Governador do Estado a primeira, é integrada por 12 artigos e o adendo à Mensagem inicial, pouco mais que três artigos. Imagine agora se a Assembleia apreciar em ritmo galopante como se quer, por exemplo o Estatuto da Polícia Civil que deverá entrar provavelmente amanhã na Ordem do Dia dos trabalhos legislativos. Se esta Mensagem apresenta uma série de problemas que causa dúvidas aos hermenêutas, quais serão os problemas das próximas Mensagens?

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O aparte do nobre Deputado Maurício Fruct nos propicia uma interpretação final, em abono daquilo que afirmou o nobre Deputado Luiz Roberto Soares, no Pequeno Expediente, ao externar que toda a Casa tem estranhado que a Mensagem seja discricionária também. Há um discricionarismo contra uma minoria. Os dados que eu possuo em mãos são os mesmos lidos pelo nobre Deputado Luiz Roberto Soares, 3 mil e tantos funcionários recebem o benefício e 300 funcionários, em igualdade de condições, exercendo funções idênticas, contrariando o espírito de nossa Carta Magna, cujo princípio ali dominante, a exceção do Ato Institucional N.º 5, é de que todos são iguais perante a lei, ficam 300 funcionários da Assembleia e do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça, com os respectivos números já aqui esclarecidos, de 105 para nossa Assembleia, 86 do Tribunal de Contas e 37 do Tribunal de Justiça, fora a parte suplementar com 75 na Assembleia, 16 no Tribunal de Contas e 28 no Tribunal de Justiça, mais 41 bachareis, 3 médicos, 3 psicólogos e 3 dentistas do Tribunal de Justiça sob a alegação de que o Governo não pode arcar com tais despesas.

Entretanto, o Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo revoga o artigo 2.º da Lei 6461, que diz: Os ocupantes dos cargos abrangidos por esta lei, não farão jus ao pagamento da gratificação por prestação de serviços extraordinários. A lei 6461, de 25-9-73, fixa vencimentos dos cargos em comissão, que especifica de diretor de autarquia e departamentos autônomos. Foi aprovada por esta Casa e sancionada pelo Poder Executivo. E vem aqui a relação dos Departamentos e dos Institutos que são beneficiados através do artigo 1.º, com uma fixação de vencimentos que procurou, na ocasião, atribuir aos Diretores, Presidentes, Superintendentes de Institutos, vencimentos compatíveis com as funções que exercem. Entretanto, o artigo 2.º da mesma lei diz: "os ocupantes dos cargos abrangidos por esta lei não farão jus ao pagamento de gratificação por serviços extraordinários". Agora, a Mensagem revoga esse artigo 2.º, de modo que eles poderão ter direito também a prestação de serviços extraordinários, que vai representar em dinheiro, muito mais do que o que seria necessário para atender aos 300 funcionários que são discricionariamente excluídos do Projeto.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa., como sempre o faz, traz ao conhecimento desta Casa o texto integral da Lei 6461 de 25 de setembro de 1973, fazendo um paralelo das despesas que irão ocorrer com a revogação do art. 2.º dessa lei e a não inclusão dos Funcionários do Poder Legislativo, Poder Judiciário e Tribunal de Contas.

Ontem, afirmamos, desta Tribuna, que a não inclusão dos funcionários do Tribunal de Contas, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, notadamente deste último, era recebida como uma ofensa a esta Casa e dissemos desta Tribuna que esta Casa nunca havia negado aos Chefes do Executivo de 71 para cá, a sua colaboração a sua cooperação na aprovação de leis que viessem de encontro aos interesses do povo paranaense. Não poderia o Poder Executivo, em instante algum, desmerecer este Poder de uma forma não somente aviltante, mas, ao mesmo tempo, de uma forma que infelizmente não condiz com a realidade.

Não se pode, de forma alguma, entender qual foi a razão pela qual agiu S. Exa. o Sr. Governador do Estado desta maneira. Foi uma medida desconcertante que por todos os meios deve ser repudiada, criticada por toda esta Casa.

É preciso que os Srs. Deputados da Arena e do MDB cerrassem fileiras e fossem todos solicitar a S. Exa. o Sr. Governador a extensão desta medida, que é de inteira justiça, que não foi contestada por ninguém até agora, mas que provoca um certo mal estar entre os integrantes deste Poder para com o Chefe do Poder Executivo, aos Funcionários do Poder Legislativo, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça. Há muitas coisas que somos obrigados a entender, mas esta atitude não podemos compreender. Não podemos aceitar uma medida discricionária como esta para com os Funcionários do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça. Esta é uma medida que não entendemos de forma alguma. Obrigado pelo aparte.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa., Deputado Maurício Fruct, desde que se encontra nesta Casa tem se dedicado, de um modo especial, à legislação pertinente ao Funcionalismo público. A contribuição de V. Exa. a este nosso modesto pronunciamento é das mais valiosas e vem, de uma forma convincente dar a ele a ilustração necessária.

Portanto, Sr. Presidente, para concluir este assunto, deixamos também claro que seria desnecessário até tornar expresso aqui que a Mensagem é justa com relação à pretensão de estabelecer a Gratificação de Produtividade aos funcionários que tem, através de sua dedicação, movido a máquina administrativa do Estado.

De modo que estranhemos e entendemos que esta Casa realmente poderá silenciar para que não se diga amanhã que o escrúpulo possa ter nos levado a cometer uma injustiça, porque se os nossos objetivos não forem alcançados, o que deverá ficar evidente, e nos parece ser este o pensamento unânime da Casa, é de que a Assembleia Legislativa do Estado, consciente do que representa a exclusão a que fizemos referência, de seus próprios funcionários, dos funcionários do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas, praticará o ato necessário, mesmo que lhe vete o Poder Executivo mas o importante é que se pratique o ato para que ele reflita o pensamento de justiça desta Casa.

Nada temos também com relação à revogação do art. 2.º da Lei 6461 e fizemos a citação para argumentar que não devia o Estado alegar falta de numerário que representa apenas 10% no máximo do que irá gastar com a implantação da Gratificação de Produtividade ora pretendida, uma vez que a revogação do artigo 2.º irá representar muito mais para o Tesouro Estadual.

Nestas condições achamos que a Mensagem deveria ser acompanhada também, como determina o Regimento Interno, da legislação a que faz referência ao alterar e talvez ficasse muito mais elegante e com muito mais inteligência teria agido o próprio Executivo se ao invés de colocar este artigo, encaixado como que a força na Mensagem, mandasse, isto sim, um projeto em separado. Sr. Presidente, Sr. Líder do Governo, quero deixar nesta Tribuna mais um apelo a V. Exa. que tem sido incansável nessa comunicação com a chefia do Poder Executivo, porque nós não podemos acreditar a essa altura, o que se diz à boca pequena na cidade, de que S. Exa. o Sr. Governador fechou a questão em torno do assunto. Porque legislador até há bem pouco não poderia partir de S. Exa. um ato ou uma atitude em tornar questão fechada uma matéria para a qual cabe tão amplo debate, tão amplas ponderações, tão ampla discussão. Nada mais justo e foi visando a reformulação da Mensagem que no final de contas nem prejuízo representaria ao Estado, mas seria justo que os funcionários que esperam semelhante benefício, sob pena de se verem eles frustrados naquilo que entendem como o mais sagrado que existe dentro de nossa Carta Constitucional, o de que todos nós somos iguais perante a lei.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Solicitei o aparte apenas para dizer que não acredito que S. Exa. o Sr. Governador Emílio Gomes tenha declarado que fechou a questão em torno do assunto, pois é um dos traços mais insígnies de nosso Governador, justamente a sua humildade.

O SR. MUGGIATI FILHO — Concorde plenamente com V. Exa.

O Sr. Luiz Roberto Soares — E S. Exa. o Sr. Governador já deu provas por reconsiderar posições anteriormente assumidas, e a própria Mensagem dá um exemplo flagrante, muito próprio, pois, em princípio não se incluía os médicos e dentistas dentro do plano que atribuiu a outras categorias funcionais e fez agora a Mensagem, retificando a primeira. De maneira que V. Exa. concorda comigo, de que tenho convicção de que o Sr. Governador do Estado não tenha fechado a questão, pois que já concordou aliás, é traço elevado do Governador concordar em mudar a Mensagem, com relação aos médicos e poderá perfeitamente reconsiderá-la em torno dos profissionais não abrangidos por essa Mensagem. Eram as considerações que queria fazer.

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito obrigado a V. Exa. pela oportunidade das ponderações.

O Sr. Ipo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). de haver interrompido a brilhante oração que V. Exa. faz desta Tribuna. Quero informar, que ainda na manhã de hoje, roubei uma hora do precioso tempo do Sr. Governador, discutindo com S. Exa. esse assunto e insistindo na necessidade que fosse o benefício estendido aos funcionários do Poder Legislativo, Judiciário e Tribunal de Contas. Levei ao Sr. Governador, e tenho em mãos, com os valores que seriam acrescentados nas folhas de pagamento, se o benefício fosse estendido para essa categoria funcional. E disse mais que desde que entendo sempre dará lugar ao diálogo e jamais se furtará a isso. Afirmei a S. Exa. que o próprio Governo Federal adotou um dispositivo numa lei, quando fixou os novos valores de vencimentos aos servidores de todos os Ministérios, do Tribunal de Contas, da União, do Tribunal Federal, do Tribunal de Recursos do Senado e da Câmara visando um incentivo à valorização da função pública.

Sugeri ao Sr. Governador que adotasse o mesmo dispositivo. Ao deferir as Gratificações de Produtividade ao Funcionalismo faria uma economia por, que um cem número deles haveria de não optar por essa providência e, desta maneira, haveria possibilidade de incluir os funcionários do Poder Legislativo, Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas.

S. Exa. o Sr. Governador, que nunca responde de pronto matéria que envolve despesa, prometeu que uma equipe de alto nível haveria de analisar esta sugestão. Muitas outras estão em mãos da Comissão de alto nível. Devo confessar que S. Exa. está por demais interessado na solução do problema, porquanto tem recebido pressão não somente dos Srs. Deputados, mas de inúmeras categorias funcionais que pretendem que se estenda este benefício a eles embora não portadores de diploma de nível superior.

Estamos, juntamente com o Presidente desta Casa, João Mansur e outros Srs. Deputados, vivamente interessados numa solução favorável. Sei o quanto está custando em desgaste pessoal, político não porque este é inevitável.

Nesta Casa os Servidores, sempre tão competentes e zelosos, alguns menos avisados, imputam ao Líder do Governo a responsabilidade de não serem incluídos neste benefício.

Sabia que ao assumir a liderança do Governo traria para esta liderança as minhas parcas qualidades de legislador e inúmeras limitações (NÃO APOIA-DO).

Apenas para me justificar tenho a dizer que até o momento continuamos a ser recebidos por S. Exa. o Sr. Governador. Quando S. Exa. se aborrecer e fechar as portas aí, então, cessarei com as investidas. Até que isto ocorra, sei que não ocorrerá, continuarei a procurar S. Exa. para fazer as reivindicações que forem necessárias. Tenho levado a S. Exa. que tem sido extraordinário, as notas taquigráficas das últimas Sessões, porque elas inserem apelos justos que tem sido levados ao Sr. Governador do Estado que as tem encaminhado para análise mais demorada pelo Sr. Secretário dos Negócios

da Fazenda. É possível que esta Assembléia consiga o seu intento, Deus queira mas se não conseguir fica registrado aqui que o Sr. Governador tem a aconselhá-lo uma Comissão de alto nível que lhe diz até onde pode o erário suportar os gastos com os funcionários. Era o aparte e queria agradecer a educação com que V. Exa. tem agido e me contemplado com sua atenção.

O SR. MUGGIATI FILHO — É uma honra conceder apertes a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que restam cinco minutos.

O SR. MUGGIATI FILHO — Apenas acrescentaria, nobre Líder, que nós não nos enganamos quando afirmamos, e todos que por aqui tem passado, que V. Exa. realmente tem sido cumulado de apelos mas tem demonstrado a condição inegável de saber ser, com inteligência e descortínio, o porta voz destes apelos que reiteramos a V. Exa.

Apenas diria a V. Exa. que entendia a idéia de V. Exa., mas acho que no momento a nossa discussão é em sentido amplo, consequentemente se existirem injustiças, porque a injustiça social também é alguém perceber aquilo que não merece, não podemos cometer a injustiça maior que seria o discriminismo. Portanto, que se estenda a todos os benefícios da lei, que se torne extensivo a todos, porque nqo se admite lei feita com desigualdade e depois, cada um em sua respectiva responsabilidade, se for o caso, veja o que deve ser modificado.

Mas que não se espere para fazer justiça, cometendo uma injustiça.

O SR. Maurício Fruct — Faço minhas as palavras de V. Exa., em sua resposta ao ilustre Líder do Governo, mas queria saber qual o motivo do Governo não estender o benefício para os Funcionários do Legislativo. Qual a razão de não receberem o benefício alguns funcionários do Legislativo, do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas? Infelizmente o que nos dá a Mensagem margem a uma série de ilações. Será, por ventura, que os Funcionários do Legislativo são marginalizados? Ou alguma prevenção contra este Poder? São ilações a que nos leva a atitude do Governador. Talvez se se fizesse menos louvações, pudesse se pagar esta diferença a este grupo de Funcionários que serão marginalizados pelo adendo da Mensagem do Governador do Estado. Perguntas que infelizmente não foram respondidas, perguntas que nos deixam assim numa posição de encarar sob outro prisma a conduta do Executivo ao encaminhar a Mensagem. Obrigado pelo aparte.

O SR. MUGGIATI FILHO — Com meus agradecimentos ao Deputado Maurício Fruct pela renovada participação no debate dessa matéria de grande importância, nós, Sr. Presidente, nada mais visamos do que trazer sem qualquer outra pretensão, uma modesta contribuição à elaboração legislativa de tamanha importância. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa. Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente. Necesista de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente. Necesista de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111-73, de autoria do Dep. João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo construir, através da Secretaria dos Transportes, uma estrada de rodagem ligando os Municípios de Jaguariaíva e Antonina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 76-73, que objetiva considerar de Utilidade Pública a Fundação Cultural de Curitiba, Entidade dotada de personalidade jurídica própria, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 187-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a "Instituição Fraternitas", com sede no Jardim Primavera das Laranjeiras, Município de Piraquara. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 195-73, de autoria do Dep. Domício Scaramella, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente São José Operário, com sede e foro na cidade de União da Vitória. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 289-73, de autoria da Comissão Especial Criação do (FEPPA), que cria o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar (FEPPA), com personalidade jurídica própria e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 180-73, de autoria do Dep. Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo transferir para jurisdição da Circunscrição de Trânsito do Município de Maringá, o serviço de trânsito dos Municípios de Itaguapé, Santa Inez e Santo Inácio. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 180-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a jurisdição da circunscrição de trânsito do município de Maringá, o serviço de trânsito dos municípios de Itaguapé, Santa Inez e Santo Inácio.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) Quielise Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA: — A vida administrativa e econômica dos municípios mencionados no presente Projeto de Lei, está intimamente ligada ao município de Maringá. Por isso submetemos à apreciação dos nobres Pares esta medida, que esperamos ver aprovada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 180-73

AUTOR: Deputado QUIELISE CRISÓSTOMO DA SILVA

PARECER

Submete-se à deliberação desta Comissão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, autorizando o Poder Executivo a transferir para a jurisdição da circunscrição de trânsito do Município de Maringá, o serviço de trânsito dos Municípios de Itaguapé, Santa Inez e Santo Inácio.

Quanto ao aspecto constitucional, formal e jurídico a propositura é escorreita.

Quanto a oportunidade, nada há a contestar.

Assim, opino pela APROVAÇÃO do Projeto, para ulterior trâmite regimental.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19-9-73.

(Ass. ilegível) — Presidente

Wilson Fortes — Relator

(Ass. ilegíveis)

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a transferir para a jurisdição da Circunscrição de Trânsito do Município de Maringá, Pr., o Serviço de Trânsito dos municípios de Itaguapé, Santa Inez e Santo Inácio.

2. Havendo já a douda Comissão de Constituição e Justiça em seu R. Parecer de 11. se pronunciado pela legalidade e constitucionalidade da matéria e tendo-se em vista o evidente interesse da administração pública na adoção da medida proposta aliado ao fato de que tal providência não implicará em nenhuma exceção de ordem financeira não vê, esta Comissão de Finanças no âmbito que lhe é próprio, como deixar de dar seu pronunciamento favorável ao Projeto de Lei testilhado.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

João C. Fadel — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE POLÍCIA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 180-73

Autor: — Dep. Quielise Crisóstomo da Silva

I — Estando o DETRAN subordinado à Secretaria de Segurança Pública, vem o presente Projeto à consideração da Comissão de Polícia, a quem cabe manifestar-se sobre todos os assuntos que interessem à ordem e à segurança públicas.

II — A transferência é de interesse para a vida econômica e administrativa dos municípios, objeto deste Plano de Lei, e nenhum problema vai acarretar que os mesmos passem à jurisdição da circunscrição de trânsito de Maringá.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1973.

Antonio Belinati — Presidente

Antonio Franco F. da Costa Filho — Relator

(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 181-73, de autoria do Dep. Antonio Belinati, que cria aposentadoria ao final de carreira, aos Expedicionários da Marinha Mercante, Marinha de Guerra, Aeronáutica e Exército, que prestaram serviços ao Estado do Paraná. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 181-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada a aposentadoria, ao final de carreira, aos expedicionários da Marinha Mercante, Marinha de Guerra, Aeronáutica e Exército, que prestaram serviços ao Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de agosto de 1973.

(a) — Antonio Belinati

JUSTIFICATIVA: — Tal medida prende-se ao fato de que os expedicionários são homens que lutaram e muito pelo nosso País, e hoje, no declínio da vida, já não encontram oportunidades para continuar a luta do dia a dia, a luta pela sobrevivência, pois todos nós sabemos que muitos deles trazem cicatrizes e quantos outros estão mutilados, o que dificulta, e por que não dizer, torna-se impossível encontrar um trabalho, tendo em vista que estão em idade avançada.

Assim pois, levamos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AO PROJETO DE LEI N.º 181-73

PARECER

I — É submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei n.º 181-73, de autoria do nobre Deputado Antonio Belinati, que visa a conceder vantagens especiais, na aposentadoria, aos funcionários públicos que hajam sido ex-combatentes da segunda guerra mundial, como integrantes da Marinha de Guerra, Marinha Mercante, Aeronáutica ou Exército.

II — Aachamos justa e oportuna a proposição, não havendo qualquer óbice de natureza constitucional ou legal que se lhe anteponha, visto como, em con-

sonância com o disposto pelo Art. 197, da Constituição Federal, tem em mira ampliar os benefícios especiais já concedidos aos ex-combatentes que, posteriormente, vieram a ingressar no serviço público, ou a ele já se achavam anteriormente vinculados.

III — O nosso parecer é pela aprovação, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Nelson Buffara — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AO PROJETO DE LEI N.º 181-73

EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 1.º — Aos funcionários públicos do Estado do Paraná que hajam sido combatentes da segunda guerra mundial, como integrantes da Marinha de Guerra, Marinha Mercante, Aeronáutica ou Exército, fica assegurado, ao se aposentarem, o direito à promoção ao nível imediatamente superior da Série de Classes a que pertencer, ou, caso se encontrem no último nível ou em cargo isolado de provimento efetivo, ao acréscimo de vinte e cinco (25%) sobre seus vencimentos.

Art. 2.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Nelson Buffara — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 181-73

AUTOR: Deputado Antônio Belinati.

P A R E C E R

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Antonio Belinati, visa criar a aposentadoria, ao final de carreira, aos expedicionários da Marinha Mercante, Marinha de Guerra, Aeronáutica e Exército, que prestaram serviços ao Estado do Paraná.

A medida já submetida à apreciação da Douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo por parte da mesma parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, ou seja o aspecto financeiro, não vemos motivos para negar o seu acolhimento.

O nosso parecer é pela APROVAÇÃO do Projeto nos termos do Substitutivo apresentado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09-10-73.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Alvaro Dias — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Everton de Siérgen Plaisant. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Romeu Laufert da Silva. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Aurora Carnasciali da Costa. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Antônio Lopes Júnior e João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Frederico Koch. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Antônio Lopes Júnior e João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Domingos Ruteski, ocorrido em Irati. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacii, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela Sessão Cívica realizada em data de ontem no Clube Sírio Libanês do Paraná, onde foi comemorada a data nacional da República Árabe da Síria. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja designada uma Comissão de Srs. Deputados para representarem esta Casa, na 5.ª Exposição-Feira Agropecuária e Industrial de Guarapuava, 2.ª Exposição de Suínos do Paraná e 2.º Encontro Estadual de Pastagens, em Guarapuava. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando a designação de representantes desta Casa à 5.ª Exposição-Feira Agropecuária e Industrial de Guarapuava. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando seja designada uma Comissão composta de três Senhores Deputados, para representar esta Casa nas comemorações do 28.º aniversário do Município de Pirai do Sul. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Direção da Telepar, no sentido de que sejam tomadas providências urgentes à regularização e implantação de serviço de D.D.D. em Cascavel. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor-Presidente da Copel, visando a implantação de rede de eletrificação rural no Distrito de General Lúcio, Município de Araucária. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor-Presidente da Telepar, visando a implantação de linha telefônica no Distrito de Eduardo Xavier da Silva, Município de Jaguariaíva. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Olavo Ferreira, lido da Tribuna, solicitando sejam enviados telegramas aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Agricultura e Ministro da Agricultura, congratulando-se pelo lançamento da Campanha de desenvolvimento da triticultura no Paraná. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, encaminhando abaixo assinado, de moradores de Janiópolis, solicitando energias providências contra o Prefeito Municipal do referido Município. — A Comissão Executiva.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para o dia 19, sexta-feira às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA

ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, às dezesseis horas e quinze minutos, sob a Presidência do senhor Deputado Paulo Poli e contando com as presenças dos senhores Deputados Arthur de Souza, Antônio Belinati, Calil Fadel e Aguinaldo Pereira Lima, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas.

Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, na Hora do Expediente foi lida e aprovada, sem restrições, a Ata da reunião anterior. A seguir, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatadas as Proposições de nrs. 05-74 e 06-74, oriundas de prestação de contas pela Verba de Assistência Social, referentes ao exercício financeiro de 1972, apresentadas pelos senhores Deputados Gilberto Carvalho e Basílio Zanusso. Relator: Deputado Antônio Belinati, parecer favorável. — APROVADO.

Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar, eu, José Tavares Canto Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretário, para que produza os efeitos legais.

aa) Deputado Paulo Poli — Presidente da Comissão

José Tavares Canto Filho — Secretário da Comissão.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA

ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, às quinze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Poli e contando com as presenças dos senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Arthur de Souza, Calil Fadel e Antônio Belinati, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas.

Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatados os seguintes processos:

PROPOSIÇÕES DE NRS. 01-74 e 02-74, prestação de contas pela Verba de Assistência Social do exercício financeiro de 1972, de autoria dos senhores Deputados Fabiano Braga Côrtes e Sebastião Rodrigues Júnior. Relator: Deputado Aguinaldo Pereira Lima, parecer favorável. — APROVADO.

PROPOSIÇÃO N.º 03-74 — Prestação de contas pela Verba de Assistência Social do exercício financeiro de 1972, de autoria do senhor Deputado João Calil Fadel. Relator: Deputado Antônio Belinati, parecer favorável. — APROVADO.

PROPOSIÇÃO N.º 04-74 — Prestação de contas pela Verba de Assistência Social do exercício financeiro de 1972, de autoria do senhor Deputado José Lázaro Dumont. Relator: Deputado Arthur de Souza, parecer favorável. — APROVADO.

Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, dos quais para constar, eu, José Tavares Canto Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será pelo Senhor Presidente e por mim Secretário, assinada para que produza os efeitos legais.

aa) Deputado Paulo Poli — Presidente da Comissão.

José Tavares Canto Filho — Secretário da Comissão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA

ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de abril, do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, e presentes os Senhores Deputados: Ovídio Franzoni, Erondy Silvério, Quielise Crisóstomo da Silva, Sebastião Rodrigues Júnior, Ivo Thomazoni e Antônio Lopes Júnior.

Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior.

Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia:

1) — PROJETO DE LEI N.º 15-74, de autoria do Sr. Deputado Borsari Netto. Inclui a série de Classes de Técnico de Administração Tributária na Tabela n.º I, da Lei n.º 6.212, de 9-8-71. Relator: Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. — APROVADO.

2) — PROJETO DE LEI N.º 19-74, de autoria do Sr. Deputado Haroldo Bianchi. Cria na Fundação Estadual Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, os Cursos de Orientador Educacional e Supervisor de Ensino. Relator: Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. — APROVADO.

3) — PROJETO DE LEI N.º 20-74, de autoria do Sr. Deputado Haroldo Bianchi. Dispõe sobre o valor dos auxílios devidos pelo IPE, aos cônjuges funcionários públicos, quando ambos são contribuintes. Relator: Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. — APROVADO.

4) — PROJETO DE LEI N.º 23-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 14-74, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva majorar os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como dos integrantes da P.M.E. Relator: Deputado Ivo Thomazoni. Requerimento de pedido de vista do Deputado Erondy Silvério, bem como de reunião extraordinária para amanhã, quinta-feira, com a presença do Sr. Deputado

João Mansur, Presidente da Casa, para apreciação do parecer. Requerimento deferido. Solicitado a Secretária da Comissão, ofício no sentido, digo, comunicando ao Sr. Presidente a aprovação do requerimento. Atendido.

5) — PROJETO DE LEI N.º 25-74, de autoria do Sr. Deputado Borsari Netto. Transfere a Francisca Albanki Martinatto, a pensão mensal de Sezinando Martinatto da Cruz. Relator: Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. — APROVADO.

6) — PROJETO DE LEI N.º 26-74, de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara. Declara de utilidade pública a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Seção Municipal de Paranaguá. Relator: Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. — APROVADO.

7) — PROJETO DE LEI N.º 27-74, de autoria do Sr. Xenofonte Villanueva. Autoriza o Poder Executivo doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rolândia, as datas de terras que específica, de propriedade do Estado, e dá outras providências. Relator: Deputado Quielse C. da Silva. Parecer favorável. — APROVADO.

7) — PROJETO DE LEI N.º 28-74, de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli. Declara de utilidade pública a Liga das Senhoras Católicas da cidade de Sertaneja. Relator: Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável. — APROVADO.

8) — PROJETO DE LEI N.º 30-74, de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva. Autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Rolândia, a data de terras que específica, de propriedade do Estado, e dá outras providências. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. — APROVADO.

9) — PROJETO DE LEI N.º 31-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 15-74, encaminhando anteprojeto de lei que visa doar à Associação de Caridade, Proteção à Maternidade e à Infância de Rio Negro, o imóvel denominado Hospital Bom Jesus, de Rio Negro, de propriedade do Estado, e dá outras providências. Relator: Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável. — APROVADO.

10) — PROJETO DE LEI N.º 219-73, de autoria do Sr. Deputado João Mansur. Cria os Distritos Administrativos de Ramilândia e Diamante d'Oeste, no Município de Matelândia. Relator: Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável. — APROVADO.

11) — PROJETO DE LEI N.º 270-73, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel. Declara de utilidade pública a Loja Maçônica Fátima e Caridade, da cidade de Nova Fátima. Relator: Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. — APROVADO.

12) — PROJETO DE LEI N.º 278-73, de autoria do Senhor Deputado Ha-

rodo Bianchi. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, da cidade de Ibaiti. Relator: Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho. Parecer favorável. — APROVADO.

9) — PROJETO DE LEI N.º 31-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 107-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a participação do Estado do Paraná, no Plano Nacional de Habitação Popular — (PLANHAP). Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. — APROVADO.

14) — PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 70-73, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Constitui comissão parlamentar para visitar Hyogo, no Japão, e dá outras providências. Relator: Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. — APROVADO.

15) — PROPOSIÇÃO N.º 45-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 10-74, encaminhando cópias dos convênios celebrados entre o Governo do Estado com os Municípios de Barbosa Ferraz, Cafeára e São Carlos do Ivaí, para fornecer equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Relator: Deputado Antônio F. F. da Costa Filho. Parecer favorável com Projeto de Resolução. — APROVADO.

16) — PROPOSIÇÃO N.º 47-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 12-74, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Sudesul, para elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba. Relator: Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável com Projeto de Resolução. — APROVADO.

17) — PROPOSIÇÃO N.º 48-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 17-74, encaminhando cópia do termo aditivo ao convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do Estado, para execução do Projeto de Informação de Mercado Agrícola. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável com Projeto de Resolução. — APROVADO.

Foi apresentado, votado e aprovado o Relatório do Senhor Deputado Ovídio Franzoni, à Proposição n.º 49-74, concluindo que o Veto está em condições de ser apreciado pelo Plenário da Casa.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, marcando outra reunião para amanhã, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Fabiano Braga Côrtes, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

Sala das Reuniões, em 17 de abril de 1974.

aa) Deputado Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Rita Celestino Soares — Secretária.